

MAUS-TRATOS A ANIMAIS

Novembro 2018

Lei Estadual 22.231/16 -

Dispõe sobre a definição de maus-tratos contra animais no Estado e dá outras providências.
O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º – São considerados maus-tratos contra animais quaisquer ações ou omissões que atentem contra a saúde ou a integridade física ou mental de animal, notadamente:

I – privar o animal das suas necessidades básicas;

II – lesar ou agredir o animal, causando-lhe sofrimento, dano físico ou morte, salvo nas situações admitidas pela legislação vigente;

III – abandonar o animal;

IV – obrigar o animal a realizar trabalho excessivo ou superior às suas forças ou submetê-lo a condições ou tratamentos que resultem em sofrimento;

V – criar, manter ou expor animal em recinto desprovido de segurança, limpeza e desinfecção;

VI – utilizar animal em confronto ou luta, entre animais da mesma espécie ou de espécies diferentes;

VII – provocar envenenamento em animal que resulte ou não em morte;

VIII – deixar de propiciar morte rápida e indolor a animal cuja eutanásia seja necessária e recomendada por médico veterinário;

IX – abusar sexualmente de animal;

X – promover distúrbio psicológico e comportamental em animal;

XI – outras ações ou omissões atestadas por médico veterinário.

Art. 2º – A ação ou omissão que implique maus-tratos contra animais sujeitará o infrator às sanções previstas no art. 16 da Lei 7772 de 8 setembro de 1980.

§ 1º – Na aplicação de multa simples em razão de determinada ação ou omissão que implique maus-tratos contra animal, serão observados os seguintes limites:

I – 300 Ufemgs (trezentas Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais) em caso de maus-tratos que não acarretem lesão ou óbito ao animal;

II – 500 (quinhentas) Ufemgs em caso de maus-tratos que acarretem lesão ao animal;

III – 1.000 (mil) Ufemgs em caso de maus-tratos que acarretem óbito do animal.

§ 2º – Caso determinada ação ou omissão implique maus-tratos contra mais de um animal, a multa simples pela infração poderá ter seu valor majorado em até 1/6 (um sexto).

§ 3º – As despesas com assistência veterinária e demais gastos decorrentes de maus-tratos de que trata esta Lei serão de responsabilidade do infrator, na forma do Código Civil.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Tiradentes, em Belo Horizonte, aos 20 de julho de 2016; 228º da Inconfidência Mineira e 195º da Independência do Brasil.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

Decreto Nº 47309 DE 15/12/2017

Regulamenta a Lei nº 22.231, de 20 de julho de 2016, que dispõe sobre a definição de maus-tratos contra animais no Estado e dá outras providências.

Art. 2º São considerados maus-tratos contra animais quaisquer ações ou omissões que atentem contra a saúde ou a integridade física ou mental de animal, notadamente:

I - privar o animal das suas necessidades básicas;

II - lesar ou agredir o animal, causando-lhe sofrimento, dano físico ou morte, salvo nas situações admitidas pela legislação vigente;

III - abandonar o animal;

IV - obrigar o animal a realizar trabalho excessivo ou superior às suas forças ou submetê-lo a condições ou tratamentos que resultem em sofrimento;

V - criar, manter ou expor animal em recinto desprovido de segurança, limpeza e desinfecção;

VI - utilizar animal em confronto ou luta entre animais da mesma espécie ou de espécies diferentes;



- VII - provocar envenenamento que resulte ou não em morte do animal;*
- VIII - deixar de propiciar morte rápida e indolor a animal cuja eutanásia seja necessária e recomendada por médico veterinário;*
- IX - abusar sexualmente de animal;*
- X - promover distúrbio psicológico e comportamental em animal;*
- XI - praticar outras ações ou omissões atestadas por profissional habilitado.*
- Art. 3º A ação ou omissão que implique maus-tratos contra animais sujeitará o infrator às sanções previstas no art. 16 da Lei nº 7.772 , de 8 de setembro de 1980:*
- I - advertência;*
- II - multa simples;*
- III - multa diária;*
- IV - apreensão dos animais, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;*
- V - destruição ou inutilização do produto;*
- VI - suspensão de venda e fabricação do produto;*
- VII - embargo de obra ou atividade;*
- VIII - demolição de obra;*
- IX - suspensão parcial ou total das atividades;*
- X - restritiva de direitos.*

§ 2º A sanção de advertência poderá ser aplicada na hipótese prevista no inciso III do art. 2º, desde que o infrator não seja reincidente na prática de maus-tratos a animais, garantidos a ampla defesa e o contraditório, não excluindo a aplicação de outras sanções.

§ 3º A multa simples será aplicada a todas as condutas descritas no art. 2º deste decreto, observados os seguintes limites:

I - 300 Ufemgs (trezentas Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais), em caso de maus-tratos que não acarretem lesão ou óbito do animal;

II - 500 (quinhentas) Ufemgs, em caso de maus-tratos que acarretem lesão ao animal;

III - 1.000 (mil) Ufemgs, em caso de maus-tratos que acarretem óbito do animal.

§ 5º A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo e será computada até que o infrator demonstre a cessação ou regularização da situação à autoridade competente.

§ 6º Em caso de reincidência em qualquer das condutas descritas no art. 2º deste decreto a pena será aplicada em dobro.

§ 7º Os débitos resultantes de multas aplicadas em decorrência deste decreto poderão ser parcelados, corrigidos monetariamente, com vencimento antecipado das parcelas concedidas em caso de inadimplência, nos termos da legislação de regência.

§ 7º Os débitos resultantes de multas aplicadas em decorrência deste decreto poderão ser parcelados, corrigidos monetariamente, com vencimento antecipado das parcelas concedidas em caso de inadimplência, nos termos da legislação de regência.

Art. 4º As despesas com assistência veterinária e demais gastos decorrentes de maus-tratos de que trata o § 3º do art. 2º da Lei nº 22.231, de 20 de julho de 2016, serão de responsabilidade do infrator, a ser apurada na forma prevista no Código Civil.

Art. 5º Fica a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais autorizada a firmar convênios com os municípios do Estado, visando ao fiel cumprimento das atividades de fiscalização previstas neste decreto, bem como à aplicação das respectivas penalidades em razão da apuração da prática de maus-tratos contra animais.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Tiradentes, em Belo Horizonte, aos 15 de dezembro de 2017; 229º da Inconfidência Mineira e 196º da Independência do Brasil.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

**SOMENTE O
HOMEM É
CAPAZ DAS
PIORES
ATROCIDADES**



Lei de Crimes Ambientais

Art. 32 - Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

§ 1º - Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.

§ 2º - A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal.

Maus tratos a animais

- Citar o Art. 32 da Lei Federal 9605/98
- Não há previsão de multa administrativa no atual Decreto 47383/18
- Cópia do BO para a SMMA da Cidade (possível multa)
- Decreto Federal 24645/34 (revogado?)
- Não há atualmente legislação federal especificando as situações de maus tratos
- Lei Federal 22231/16 - Maus tratos em Minas Gerais - Aplicação prática ?
- Interessante ter um laudo veterinário para situações extremas.
- Tirar fotos
- Arrolar testemunhas
- Descrever corretamente a situação
- Verificar setor de zoonoses para recolhimento de animais domésticos (caes, cavalos, bois, ovelhas, etc)
- Se o autor ficar como depositário do animal, lavrar notificação, dando prazo para ele providenciar atendimento veterinário e levar o comprovante.

Rinhas de galos

- Costume arraigado na população de participar e assistir rinhas
- Criação de "galos combatentes"
- Meio de se ganhar dinheiro com apostas
- Geralmente em fim de semana, feriado
- Grande número de participantes - planejamento prévio e apoio
- Presença de foragidos da justiça
- Presença de pessoas idosas, autoridades (juiz, policiais civis, militares, etc)
- Ocorrências de destaque na mídia
- Apreensão dos animais, petrechos, veículos que tudo que comprovadamente tiver sido utilizado na prática do crime.
- Dificuldade em dar destino aos animais
- Depositário: (dono da casa), lacrar os galos e anotar os números dos lacres
- Condução do envolvidos à DP
- Notificação para atendimento veterinário dos animais



Rinhas de pitbull



O que configura o crime?

- Animais em combate
- Animais maltratados / feridos / mutilados

Providências policiais:

- Prisão de TODOS os participantes (Art. 2 e 32)
- Apreensão dos animais e todos os materiais utilizados na prática do crime
- Multa para todos os envolvidos (**)
- Encerramento da ocorrência na DP
- Acionamento da imprensa
- Fotografias, qualificar testemunhas
- Lacrar os galos em caso de depósito
- Notificação para apresentar laudo veterinário

DDU's recebidos em 2017			4934
	RECEBIDO	ATENDIDO	CONSTATADO
Maus-tratos	2442 (50%)	2166 (90%)	110 (2,2%)
DDU's recebidos em 2018			3847 (até 20/11)
	RECEBIDO	ATENDIDO	CONSTATADO
Maus-tratos	2050 (54%)	1623 (80%)	58 (2,8%)

PRINCIPAIS DIFICULDADES NO ATENDIMENTO DE MAUS-TRATOS DOMÉSTICO:

- BAIXO EFETIVO;
- GRANDE VOLUME DE DENÚNCIAS;
- BAIXA CONSTATAÇÃO (TROTES, BRIGA DE VIZINHOS E ETC...);
- FALTA DE PODER PARA MEDIDA ADMINISTRATIVA;
- FALTA DE APOIO TÉCNICO DE OUTROS ÓRGÃOS (PERÍCIA E LAUDOS);
- FALTA DE LOCAL PARA DESTINAÇÃO DOS ANIMAIS;

Maus-tratos é CRIME

Denuncie

Linha Verde:

0800 61 8080

Cetav
CENTRO DE ESTUDOS E TRATAMENTO DE AVES



Ministério do
Meio Ambiente



Obrigado